

COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Terça-Feira, 15 de Fevereiro de 1968
Café



capes

**COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

presidência — Tarso de Moraes Dutra, Ministro da Educação e Cultura.

conselho deliberativo — Epilogo de Gonçalves Campos (diretor do Ensino Superior), Antônio Moreira Couceiro (presidente do C.N.Pq.), Amadeu Cury, Eduardo Faraco, Edrizio Barbosa Pinto, Francisco Vítor Rodrigues, Helios Bernardi, Hélio Scarabôto, José Arthur Rios, José Walter Bautista Vidal, Kurt Politzer, Maria Aparecida Pourchet Campos, Neila Leal Costa, Oscar Machado da Silva, Orlando Magalhães Carvalho.

Suplentes — Abelardo de Brito, Erb Velleda, Francisco Degni, José de Paula Lopes Pontes, Otto Guilherme Bier.

diretoria-executiva — Mário Werneck de Alencar Lima.

*atuação
do Brasil
em Maracay*

Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura

O Brasil compareceu à Quinta Reunião do Conselho Interamericano Cultural, em Maracay, na Venezuela, plenamente habilitado a desincumbir-se das tarefas que ali deveria enfrentar. Uma Comissão Interministerial, integrada também pelo Itamaraty, ocupou-se, em várias reuniões, realizadas no Ministério da Educação, do exame dos projetos que o Governo brasileiro deveria apresentar, tendo em vista não apenas os objetivos de nosso Governo nos programas a serem debatidos em Maracay, mas também o ideal superior da integração americana. Estabelecidas as prioridades, avaliados os nossos esforços nacionais em face da contribuição externa solicitada, foi possível, na Reunião, obter para os nossos projetos, em sua quase totalidade, recomendação de aprovação para execução pelas estruturas a serem postas em funcionamento muito breve. Tanto no campo do Programa Regional de Desenvolvimento Educativo como no do Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nossa Delegação alcançou, em Maracay, todos os objetivos do Brasil, recompensa justa para todos os nossos esforços na preparação antecipada da representação brasileira.

A Delegação brasileira foi, outrossim, alvo de numerosas distinções por parte das demais Delegações, o que bem atesta a posição privilegiada do Brasil no certame. Em primeiro lugar, coube-me, como Chefe da Delegação brasileira, discursar na solenidade de instalação da Reunião, numa mensagem de agradecimento à Venezuela, país-sede da conferência. Vi-me, igualmente, no mesmo dia, eleito para a Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, das de maior importância para o nosso País. Representantes nossos ocuparam também a presidência de duas Subcomissões da Comissão de Educação. Em todas essas oportunidades, a escolha do Brasil foi feita em consequência a um movimento espontâneo das Delegações dos países irmãos, o que ainda mais realça nossa posição. Tudo isso, somado às expressivas recomendações feitas em torno de nossos projetos governamentais, leva-me à conclusão de que a Delegação brasileira soube cumprir com seus deveres, trabalhando sem esmorecimento, dia e noite, todos os dias da reunião, inclusive domingo, para que seu mandato pudesse ser cabalmente honrado.

No campo da Ciência e da Tecnologia, a V Reunião do CIC aprovou as recomendações básicas do Grupo de Especialistas e decidiu que, enquanto não vier a ser constituído o Comitê Executivo de Ciência e Tecnologia, e para que não se adie desnecessariamente o Programa de Desenvolvimento Regional em Ciência e Tecnologia, preste o referido Grupo de Especialistas a indispensável assessoria científica na seleção, avaliação e autorização para o início de projetos e áreas científicas prioritárias. Dessa forma e dada a categoria dos "centros de excelência" que a OEA arrolou no Brasil, é virtualmente certa a escolha de nosso País para que nêle atuem como centros de treinamento e de pós-graduação em alto nível, permitindo ampliar sua atuação nacional e latino-americana.

Como observadores à Reunião do CIC estiveram presentes, entre outros, representantes de Israel, do Instituto de Cultura Hispânica, do BID e da Universidade da Califórnia. Dos entendimentos havidos nos intervalos das sessões, é muito provável virem as instituições de

ciência do Brasil a ser por elas beneficiadas, através de ação bilateral. Além disso, em conversações mantidas, entre delegados brasileiros e seus colegas representantes de países do Continente, foram entabuladas negociações que prometem rápido seguimento, favorecendo o intercâmbio de cientistas e tecnólogos.

Os pontos de vista básicos, que a Delegação do Brasil levou a Maracay, puderam ser defendidos com sucesso.

No âmbito da Comissão de Educação, o Brasil viu recomendados para adoção projetos relativos a importantes matérias educacionais, nos quais não apenas solicitamos recursos adicionais da OEA, como também oferecemos facilidades de aprendizagem e treinamento aos nossos irmãos latino-americanos. Assinalam-se os seguintes projetos assim recomendados: preparação de professores de artes industriais para o primeiro ciclo do ensino secundário, melhoramento do ensino da primeira série primária, assessoramento técnico para adiestramento da mão-de-obra acelerada, formação de técnicos para a indústria têxtil, formação de técnicos para a indústria de peles e couros, planejamento da escola integrada de oito anos, meios áudio-visuais e material didático de projeção para professores e alunos e Faculdade Interamericana de Educação.

Os projetos recomendados envolverão a concessão ao Brasil de créditos de extensão apreciável, de cerca de quatrocentos mil dólares no primeiro ano de funcionamento do Programa Educativo.

Quanto à Faculdade Interamericana de Educação, projetada no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, sua inspiração decorre de uma experiência de integração que essa Universidade, onde estudam mais de duzentos jovens latino-americanos, já vem realizando com sucesso.

Na Comissão de Cultura, vários projetos beneficiarão o Brasil, pelo seu efeito multiplicador. Graças à atuação da representação do Brasil, estender-se-á diretamente ao nosso País o projeto relativo à criação de Centros-Pilotos para conservação e restauração de mo-

imentos, com o aproveitamento de um laboratório-atélier a ser sediado no Rio de Janeiro. Aprovou-se ainda uma indicação de cooperação com o Museu de Arte de São Paulo.

Também foram encaminhados, com recomendação, ao Comitê de Ação Cultural, para estudo intensivo, os projetos brasileiros referentes ao Centro Cultural de Brasília, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Unidades Culturais (Bibliotecas demonstrativas).

Considero fundamental referir como êxito do trabalho da Delegação Brasileira o inestimável apoio permanente recebido do Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva que, determinou-me adotasse medidas capazes de tornar efetiva, em nosso País, a Declaração de Presidentes, por êle firmada, em Punta del Este. Por outro lado a ajuda recebida do Ministério das Relações Exteriores merece ser louvada.

O fato de ter sido atribuída ao Brasil, na minha pessoa, a Presidência do Conselho Interamericano Cultural, da Organização dos Estados Americanos, diz bem alto do trabalho desenvolvido pelo nosso País na área da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia. Esse feito, dentro da Organização dos Estados Americanos, enaltece o nosso País e a honra que me dá permite dizer de meu orgulho de ser brasileiro. Reparto, entretanto, todo o êxito com os integrantes da Delegação, escolhidos pelo Presidente Costa e Silva, e dos quais só recebi os melhores labôres em todo o desenvolvimento da V Reunião do Conselho Interamericano Cultural.

Por outro lado, considerar-se Brasília como sede da próxima reunião do Conselho Interamericano Cultural, estimula os brasileiros a verificarem que a palavra do Eminentíssimo Presidente Costa e Silva, de consolidação da Capital Federal, se transforma, cada dia, em plena realidade.

Resta-nos, pois, na Presidência do Conselho Interamericano Cultural, desenvolver, com o nôvo Secretário Geral da OEA, Senhor Galo Plaza, e auxiliados pela ação orientadora dos Estados Membros, a execução dos programas aprovados para os dois Fundos instituídos pela Reunião.

forum de opiniões

Sem Pesquisa Ensino Continua em Atraso

O Prof. Francisco de Assis Magalhães Gomes disse, em conferência pronunciada na Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, que a pesquisa tecnológica nas Escolas de Engenharia do Brasil está mais atrasada do que a científica. Acrescentou que o ensino técnico sofrerá um sério atraso no País, se não forem adotadas providências urgentes com o fim de resolver o problema.

— O ensino sem pesquisa é morto — afirmou. — Uma Escola de Engenharia não se destina apenas a repetir monótonas rotinas seguidas pelos demais institutos. É necessário que um certo espírito criador entre em jôgo, que se encontrem novos caminhos, que se ensaiem métodos novos.

Segundo o Prof. Magalhães Gomes, a pesquisa tecnológica no Brasil está, de modo geral, muito menos avançada do que a pesquisa científica, pois ainda não existe no País a convicção de que a pesquisa é inseparável do ensino nas escolas de Engenharia.

— Esta não é, porém, a situação nos países mais avançados. Qualquer Escola de Engenharia nos Estados Unidos, na França ou na Inglaterra tem, na pesquisa, a condição essencial ao seu funcionamento, pois ela caminha paralelamente com o ensino.

Depois de citar várias Escolas de Engenharia, de todo o mundo, como perfeitamente integradas na mentalidade pesquisa-ensino, disse que nenhum professor dos grandes centros universitários mundiais compreenderia a existência dessas instituições de ensino sem os centros de pesquisa tecnológica que as tornaram célebres.

Disse o Prof. Francisco Magalhães Gomes que o Reitor da UFMG, Prof. Gérson de Brito Melo Boson, tem reiterado a vantagem de se criarem condições para a instalação de um centro de pesquisas tecnológicas na Universidade.

— Já estamos executando os dispositivos da Lei federal que mandam pôr em funcionamento os Institutos de Física, Química, Matemática, Biologia e Ciências Humanas, afirmou. Dentro de cinco anos, poderá Minas Gerais possuir Institutos de Ciências Básicas à altura das reais necessidades do País e do mesmo padrão de algumas instituições congêneres de países avançados.

— Mas a mesma coisa não se poderá dizer do setor tecnológico, se não tomarmos providências urgentes. A nossa reforma será falha, se não atendermos a êsse setor com o mesmo interêsse e compreensão com que se está atendendo ao das Ciências fundamentais.

Depois de mostrar como os Institutos Básicos unificam o ensino das respectivas Ciências, disse que as Ciências Básicas criam a Tecnologia, sendo as mais importantes para qualquer Nação, na atualidade, a Tecnologia Nuclear, a Metalurgia dos Metais Novos e a Pesquisa de Sintéticos Orgânicos — tôdas três altamente científicas.

— Todo mundo discute as divergências na organização social dos Estados Unidos e da União Soviética,

mas ninguém lembra os fatores que elevaram essas duas superpotências ao governo do mundo, embora elas tenham organizações econômico-sociais tão díspares. Êsse fator é, justamente, a pesquisa científica básica, que abre caminho para a pesquisa tecnológica, a qual, em última análise, permite um extraordinário desenvolvimento industrial. Sem essa pesquisa, o extraordinário progresso científico dos russos e norte-americanos não poderia ser efetivado e as enormes jazidas existentes nos solos dêsses dois países ainda estariam inexploradas.

— Tudo isso prova que o desenvolvimento tecnológico segue, necessariamente, o progresso científico.

Afirmou que, no Brasil, os problemas nacionais são tão importantes que é necessário atacar, simultaneamente, todos os setores. Dessa forma, paralelamente à organização das Ciências Básicas em Institutos Centrais, é necessário desenvolver o ensino e a pesquisa profissionais em Institutos de Tecnologia.

— Cabe à Engenharia um papel mais avançado do que apenas aplicar máquinas pré-fabricadas aos desmontes de terra ou construir arranha-céus rotineiramente planejados. Isto é, evidentemente, necessário, mas é preciso ir além — disse o Prof. Magalhães Gomes.

— Há um papel mais importante à espera do engenheiro e êle deve criar novos métodos, novas tecnologias, que conduzam o País a novos rumos e o ajudem a vencer a barreira do desenvolvimento.

— Ao lado da obrigatoriedade da instituição da pesquisa em regime de tempo integral nas Escolas de Engenharia, essencial para a criação de uma mentalidade tecnológica que nos ensine a melhor utilizar nossas riquezas ainda inexploradas, é necessário considerar o problema dos salários, muito mais difícil de resolver para os tecnólogos do que para os cientistas.

— É preciso que os salários pagos pelas Universidades possam concorrer com os pagos pelas grandes in-

dústrias. O Prof. Magalhães Gomes acha que a pesquisa tecnológica poderia ser feita nas Escolas de Engenharia, distribuídas nos seguintes departamentos, além de outros que a experiência posterior viesse a indicar:

— Documentação Tecnológica; Matemática Aplicada; Mecânica Aplicada e Termodinâmica; Estatística Aplicada; Materiais e Processos de Construção; Química Aplicada; Metalurgia; Exploração de Minas; Eletrotécnica; Engenharia Sanitária; Transportes; Hidráulica e Aerodinâmica.

Falta de Planejamento Torna Ensino Mais Caro

O ensino superior no Brasil é um dos mais caros do mundo, devido à falta de planejamento e administração, consumindo, assim, recursos que poderiam ser empregados no aumento do número de vagas, para reduzir o problema dos excedentes, que se vem agravando a cada ano, segundo afirma o Prof. Leônidas Sobrino Pôrto, do Conselho Estadual de Educação da Guanabara.

Para o Prof. Leônidas Sobrino Pôrto, mais grave do que a escassez dos recursos destinados à Educação, pelo Governo Federal, é a sua inadequada aplicação: o Brasil é um dos países de mais baixo índice na relação professor-aluno, com a base de um para cinco, enquanto na Argentina, Bulgária e Portugal é de 1/15; na Áustria, 1/14; Itália, Iugoslávia e Cuba, 1/12; Finlândia, Venezuela, Hungria e Tcheco-Eslováquia, 1/10; Equador e Argélia, 1/8; Dinamarca e Estados Unidos, de 1/7.

“O Anuário Estatístico do Brasil, publicado pelo IBGE em novembro do ano passado, mostra que há Faculdades onde o número de professores é superior ao de alunos, o que prova a urgente necessidade de uma política de redistribuição de recursos”.

Segundo o IBGE, a Escola de Enfermagem do Pará tem 49 professores para 28 alunos; a da Paraíba, 70

professores para 63 alunos; na de Artes, de Pernambuco, são 54 professores para 37 alunos; em Minas Gerais, nas especialidades de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, a relação é de 26/18 e, no Curso de Geologia, de 20/16. No Estado do Rio, o curso superior de Educação Familiar coloca 23 professores à disposição de 20 alunos; em São Paulo, na especialidade de Fisioterapia, o índice é de 56/42; em Brasília, no ensino superior artístico, a relação professor/aluno é de 10/10; e a Escola de Educação Física do Rio Grande do Sul tem 181 professores para 117 alunos.

Além dessas Faculdades em que há mais professores do que alunos, existem muitas outras onde a proporção não chega nem a dois alunos para cada professor. No Amazonas, também em 1966, em Odontologia, havia 6 professores para 10 alunos; no Maranhão, no Curso de Farmácia, 23 professores para 49 alunos; no Rio grande do Norte, a Escola de Serviço Social tinha 43 para 50; em Pernambuco, no ensino de Farmácia, 45 para 83; em Sergipe, na Escola de Serviço Social, 16 para 29; na Bahia, em Enfermagem, 85 para 89; na mesma especialidade, em Minas Gerais, 130 para 132; no Estado do Rio, também em Enfermagem, 20 para 39, e em Jornalismo, 10 para 15.

Na Guanabara, o ensino superior de Educação Familiar tinha 21 professores para 29 alunos, Enfermagem, 134 para 212, e Geologia, 58 para 107; em São Paulo, Enfermagem tinha 301 para 348; no Paraná, na mesma especialidade, 27 para 29; no Rio Grande do Sul, o ensino superior artístico tinha 233 para 438; Engenharia, 1.255 para 2.452, e Farmácia, 246 para 401; em Goiás, Enfermagem tinha 25 para 21, e Farmácia, 37 para 61; e em Brasília, os cursos de Filosofia, Ciências e Letras, 57 professores para 104 alunos.

O problema dos excedentes é considerado pelo Prof. Leônidas Sobrino Pôrto, um dos maiores do ensino, porque destrói as possibilidades de ascensão social e atrasa o desenvolvimento do País. Encarado em seus termos globais, o problema aumenta de importância:

assim, são 4 milhões os excedentes do curso primário, já que, numa população superior a 10 milhões de crianças entre os 7 e 11 anos, apenas 6,5 milhões estão matriculadas. Nos cinco milhões de jovens dos 12 aos 14 anos, que também deveriam ser escolarizados, há quase 2 milhões de excedentes. No ensino médio, a taxa aumenta assustadoramente: apenas 2,5 milhões de adolescentes estão matriculados, representando 16% da população dos 12 aos 18 anos.

“Os excedentes do ensino superior constituem uma parcela menor — acrescentou — de algumas dezenas de milhares, mas, aí, o problema até aumenta de gravidade, pois trata-se de uma parcela importantíssima para as necessidades do País, no que se refere a pessoal qualificado”.

Analisando o crescimento desigual do ensino superior, nos últimos anos, o Prof. Leônidas Sobrino Pôrto toma, como exemplo, as duas especialidades em que mais se evidencia o problema dos excedentes: Medicina e Engenharia.

Em 1950, eram 13 as Faculdades de Medicina existentes no Brasil, com 869 professores para 8.854 alunos. Em 1964, já havia 36 Faculdades, com 3.585 professores e 14.212 alunos. Em 1965, 38 Faculdades, 3.620 professores e 15.869 alunos. Em 1966, 40 Faculdades, 3.650 professores e 17.152 alunos. Assim, em 16 anos, quase triplicou o número de escolas, quase quadriplicou o número de professores, mas nem sequer chegou a dobrar o número de alunos. E pior ainda, a proporção professor-aluno, que era quase de um para 10, reduziu-se à metade.

Varia pouco o panorama, no que se refere à Engenharia. Em 1950, havia 34 cursos, com 1.531 professores e 7.103 alunos. A proporção já era, então, de menos de cinco alunos para cada professor. Em 1964, os cursos eram 106, com 7.006 professores e, 19.925 alunos, mostrando sensível queda na relação professor-aluno. Em 1965 e 1966, o número de cursos era, respectivamente,

124 e 143, o de professores, 8.096 e 9.153, e o de alunos, 23.312 e 26.603, verificando-se, portanto, que a relação professor-aluno baixara em menos de três alunos para cada professor.

— Esses dois casos — salientou o Prof. Leônidas Sobrino Pôrto — já bastam eloqüentemente para assinalar como o crescimento quantitativo das unidades universitárias e do respectivo corpo docente não tem acompanhado, na mesma progressão, o da população escolar universitária. Constata-se, nestes últimos 17 anos, o inadequado crescimento do ensino superior, cada vez mais oneroso, não apenas por exigência do desenvolvimento técnico e científico — que não se pode deixar de levar em conta — mas, igualmente, pela desacertada distribuição da rede de ensino. É de reconhecer-se, a par disso, que os salários do pessoal docente de nível superior constituem fator de desestímulo e desinteresse, inclusive para a indispensável transição ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Estudando o custo do ensino superior brasileiro, o Prof. Leônidas Sobrino Pôrto considerou-o, também, um dos mais caros do mundo, na base de 34 vezes o do curso primário, enquanto, nos outros países, a relação é a seguinte: Espanha, 6 vezes; Índia, 12 vezes; Venezuela, 13; Turquia, 19.

“Ou o ensino primário, no Brasil, custa menos do que o necessário, ou o ensino superior é mais caro; nas duas hipóteses, há distorção de recursos, pois não cabe pre-judicar um em função do outro”, enfatizou.

Quanto aos índices de aprovação nos exames vestibulares, o Prof. Leônidas Sobrino Pôrto refuta a tese de que eles atestam a ineficiência da escola média, a qual considera baseada numa análise superficial do problema: para êle, a relação certa deve referir-se ao número de vagas. Assim, nas escolas em que o número de vagas é superior ou igual ao de inscrições, o índice de aprovados nos anos de 1964/65/66 foi de 75%; nos casos em que o número de vagas é inferior, na propor-

ção de 2/1, a média foi de 55%, em igual período; e, quando o índice é de até 5/1, a média baixa para 34%, chegando, no caso da Medicina, onde o índice é de 7 candidatos para uma vaga, a apenas 15%.

“Logo — acrescenta — o verdadeiro fator de estrangulamento é o *deficit* de vagas; êste ano, quando se adotou o critério classificatório nos vestibulares da UFRJ, viu-se que, no Curso de Medicina, foram aprovados 958 candidatos dos quais apenas 200 serão aproveitados, devido ao reduzido número de vagas.

O Prof. Leônidas Sobrino Pôrto criticou a realização de repetidos congressos e encontros para o debate do problema do ensino, quando êle já está mais do que debatido, faltando, no seu entender, as conseqüentes medidas, a curto, médio e longo prazos, para solução do *deficit* de vagas nas Universidades. Abre uma exceção para o Conselho Federal de Educação o qual vem insistindo que a boa aplicação dos recursos e a maior eficiência do ensino, se consegue pela expansão das matrículas e dos serviços existentes nas Universidades, com o refôrço de equipamentos, instalações e pessoal. A concessão de bôlsas de estudos e a construção de residências para estudantes, junto às Escolas, são outras recomendações do Conselho.

Para a solução do problema, o Prof. Leônidas Sobrino Pôrto indica três pontos principais:

1. a reforma administrativa do Ministério da Educação e das Universidades, dentro da Lei de Diretrizes e Bases;

2. o fim das injunções políticas, no Ministério e nas Secretarias de Educação, que deverão consagrar-se, apenas, à Política Nacional de Ensino; e

3. adotar-se realmente, a política de que o investimento feito na Educação é o mais proveitoso para o País.

estudos e atividades da CAPES

Ensino Superior: Matrículas Aumentam Quase 50%, em 3 Anos

Dados levantados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC, divulgados pela Divisão de Planejamento da CAPES, demonstram ter ocorrido, nestes dois últimos anos, uma expansão de matrículas, no ensino superior do País, de 37,20%.

Segundo o levantamento procedido, o corpo discente, nas diversas áreas do ensino universitário brasileiro que, em 1965, era constituído de 155.781 alunos, já no ano seguinte alcançava a soma de 180.109, verificando-se, portanto, um aumento nas matrículas correspondente a 15,61%. Esta expansão foi mais expressiva no decorrer de 1967, quando matricularam-se, em todo o País, 213.741 alunos, mais 18,67% em relação ao ano anterior.

Em 1964, de acôrdo ainda com os elementos estatísticos disponíveis na Divisão de Planejamento da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, estavam matriculados nas escolas brasileiras de ensino superior 142.509 estudantes. Êstes dados demonstram que a partir do ano considerado, o aumento de oportunidades oferecidas à mocidade estudantil foi de 71.732 novas vagas nos estabelecimentos de ensino, correspondentes a 49,99%.

O quadro a seguir fixa a distribuição, pelas respectivas áreas de ensino, do estudantado universitário brasileiro, nos últimos três anos:

R A M O	1 9 6 5	1 9 6 6	1 9 6 7
T O T A L	155.781	180.109	213.741
Administração doméstica e educação familiar	143	202	552
Administração e economia	19.751	24.027	29.020
Agricultura	4.397	4.852	5.195
Agrimensura	44	165	92
Arquitetura e urbanismo	2.601	2.774	2.817
Artístico	2.056	1.866	2.729
Biblioteconomia	999	978	1.144
Desenho industrial	91	120	204
Diplomacia	45	45	54
Direito	33.608	36.363	42.499
Educação física e desportos	980	1.140	1.699
Enfermagem	1.056	1.266	1.538
Engenharia	21.986	26.603	30.894
Estatística	444	485	495
Farmácia	2.350	2.619	3.122
Filosofia, ciências e letras	36.314	44.802	51.289
Fisioterapia e terapia ocupacional	210	255	259
Geologia	569	511	499
Jornalismo	1.322	1.316	1.419
Química industrial	—	—	427
Medicina	15.574	17.152	20.295
Medicina veterinária	1.740	1.991	2.356
Médico-biológicas e tecnologia, ciências	—	198	313
Museologia	61	64	123
Nutrição	310	400	379
Odontologia	6.044	6.794	7.413
Serviço social	3.086	3.121	3.630

* Brasil-67: 180 mil universitários

Por um lapso, sob o título acima, o "Boletim - CAPES" n.º 181, de dezembro de 1967, publicou informações relativas ao número de universitários matriculados no ensino superior no Brasil. Os dados referem-se a 1966 e não 1967. Era a retificação que nos cumpria fazer.

II Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição

Realizar-se-á de 8 a 13 de julho do corrente ano, em Recife, o II Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição (II SIBAN), que reunirá cientistas, médicos, nutricionistas, economistas, agrônomos, industriais, representantes de instituições oficiais e particulares, com o objetivo de estudar o problema da alimentação e nutrição no Brasil, em seus vários ângulos, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos, sua industrialização e comercialização, e aspectos médico-nutricionais.

O Simpósio tem como organizadores a Universidade Federal de Pernambuco; a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP; o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; o Governo do Estado de Pernambuco; a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); a Secretaria de Agricultura de São Paulo; e a Comissão Nacional de Alimentação. Outras informações poderão ser obtidas com:

* Prof. Nelson Chaves, Instituto de Nutrição
Recife - PE

* Dr. Walter Silva, Comissão Nacional de Alimentação
Rua México, 31 - 11.º andar
Rio de Janeiro - GB

* Dr. José Eduardo Dutra de Oliveira, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Av. das Bandeiras s/n C.P. 301
Ribeirão Preto - SP

* Eng.º Agr.º Nelson Stchmann — Seção Soja — DATE

* Eng.º Agr.º Dalmo H.C. Lasca
Secretaria de Agricultura de São Paulo
C.P. 960 - Campinas - SP

* Sr. Millo Gambini
Pça. Ramos de Azevedo, 206 - 22.º andar
C.P. 8151 - SP

Universidade: Movimento de Integração no Meio Social

O Reitor Guilardo Martins, da Universidade Federal da Paraíba, disse que a Universidade não é apenas um órgão de cúpula no panorama científico e cultural da região. É um movimento perfeitamente integrado no meio social, equacionando os seus problemas, estabelecendo discussão, tomando iniciativas, aprovando caminhos, favorecendo as condições para elevação da renda "per capita" regional.

— Em recente estudo sobre Planificação Universitária do Brasil, apresentado num Seminário Latino-Americano de Ensino Superior, tive a oportunidade — acrescentou — de situar o transcendente papel da Universidade na redenção do chamado Polígono das Sêcas. Destaquei então o incremento do fluxo de investimentos no Nordeste, solicitando assim a presença de maior número de técnicos e cientistas, para conduzir o complexo neo-industrial, gerador de maior renda para a comunidade, que por sua vez, solicitará novos bens e serviços.

Mais adiante, disse o Reitor da UF da Paraíba:

— A singularidade de apresentar uma população de 50% de jovens, coloca a Universidade na crise de todo o

elenco de órgãos favorecedores do desenvolvimento, por ser a força mais vigorosa e mais revolucionária da mudança cultural, social, política e econômica da região. Hoje ninguém pode mais desconhecer o papel estratégico dos recursos humanos no progresso da sociedade.

Depois de se interrogar se estariam a Universidade e a SUDENE acelerando a formação de pessoal diversificado, na medida exigida pelo processo de modernização e das necessidades regionais, acrescentou o Prof. Guilardo Martins:

— A meu ver já há dentro da comunidade universitária a consciência do problema, mesmo com as falhas de suas estruturas e de certas distorções em seus aspectos conceituais e metodológicos; mas, em nenhum instante da história da Universidade brasileira, houve ânsia em superar essas falhas e desaristocratizar a instituição para melhor servir à comunidade.

Criminologia

O Instituto de Criminologia da Universidade de Cambridge (Inglaterra) ministrará no período de outubro de 1968 a julho de 1969, um curso sobre Criminologia destinado a graduados, não só em Direito, como nos demais níveis universitários, admitindo-se, em circunstâncias excepcionais, candidatos que tenham realizado pesquisas sobre Criminologia.

Formulários de inscrição devem ser solicitados à Secretaria do Instituto de Criminologia, 7 West Road, Cambridge, Inglaterra.

CEPES Administrará Empréstimos do BID

O Ministro Tarso Dutra, da Educação, criou uma Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoria e Expansão do Ensino Superior. A comissão é coordenada pelo Prof. Athos da Silveira Ramos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e tem como mem-

bros os professores Epílogo de Gonçalves Campos, diretor do Ensino Superior; Vítor Zappi Capucci e Luís d'Arinos da Silva, e como assessôres os Srs. Guido Ivan de Carvalho, João Kessler Coelho de Souza e Valdir Miranda Arteiro.

Segundo a portaria do Ministério da Educação, à CEPES caberá: 1) representar a União em todos os atos relacionados com a execução de contratos e convênios firmados com o Banco Interamericano do Desenvolvimento Econômico; 2) prestar assistência às Universidades, no que diz respeito à parte do MEC na execução de contratos; 3) administrar os recursos dos empréstimos, controlando a execução dos projetos das Universidades; 4) cumprir todos os encargos ou funções que, explícita ou implicitamente, lhe são atribuídos.

CBPE: Censo nas Escolas Médicas

A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com a colaboração da Associação Brasileira de Escolas Médicas, iniciou o Censo do Pessoal Docente das Faculdades de Medicina do Brasil. Serão ouvidos cerca de 6.000 professores, lotados em 46 escolas médicas, com a finalidade de obter-se dados sobre:

- a) cursos de formação e aperfeiçoamento realizados, estágios e bôlsas de estudo recebidas;
- b) participação em congressos e conferências; conhecimento de línguas estrangeiras; obras publicadas; participação em concursos;
- c) atividades atuais, docentes e não docentes; tempo médio gasto nestas atividades;
- d) atividades anteriores, docentes e não docentes;
- e) características básicas do professor e de sua família.

IAB Sugere Reforma no Ensino de Direito

— Urge reformular o ensino de Direito e aparelhar as Faculdades — afirmou o Sr. José Ribeiro de Cas-

tro Filho, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, para quem “a rotina que ainda está presente entre nós, a todo preço e a todo custo, terá de ser superada”.

Para o presidente do IAB, “as nossas Faculdades, com honrosas exceções, mais de alguns professores do que prôpriamente dos estabelecimentos, não podem continuar funcionando como fábricas de bacharéis indiscriminados: diplomando, indistintamente, vocações e meros pretendentes a títulos universitários”.

O Sr. José Ribeiro de Castro Filho ressalta que:

— Se, na verdade e lamentavelmente, assim tem sido, por outro lado, o jovem não encontra nas Faculdades de Direito, como ocorre nas Escolas de Engenharia e de Medicina, condições favoráveis para um estudo sério. Via de regra, o curso consiste em 1 ou 2 horas de aulas teóricas, ministradas quase sempre sem maiores atrativos, pela manhã ou à noite.

— O estudante de Direito, afirma o presidente do IAB, precisa viver intensamente na escola e esta, por sua vez, terá que oferecer condições capazes de assegurar ao acadêmico uma formação profissional satisfatória. Fora daí, continuará a ser, como tem sido até agora: o recém-formado despreparado para o exercício da profissão que escolheu e, todavia, legalmente habilitado para essa atividade.

Pesquisa Agropecuária

Os diretores de Pesquisa Agropecuária do Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina iniciaram a análise do programa cooperativo de seus países, a fim de encontrar uma fórmula de melhor desenvolvimento neste setor.

Participam do estudo os técnicos Roberto Meireles Miranda, do Brasil; Luís Alvarez, do Paraguai; Gaston Navarro, do Uruguai; Manoel Rodriguez Zapata, Diretor Regional do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA; Alfonso Castronovo, da OEA; e Augusto Durlach, representante do INTA.

mondo universitário

MEC Quer Reconhecer a Profissão de Sociólogo

A regulamentação da profissão de sociólogo será solicitada pelo Ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura, ao Presidente Costa e Silva.

Pelo anteprojeto elaborado na Diretoria do Ensino Superior, o sociólogo terá atividades privativas como: projetar, orientar, dirigir e executar pesquisas e estudos sociais. De forma interdisciplinar, poderá participar da elaboração e execução dos planos de desenvolvimento.

A Diretoria do Ensino Superior do MEC fez um histórico relativo à regulamentação da profissão de sociólogo, no qual cita o projeto do Deputado Aniz Badra; que desde 1961 estava em tramitação no Congresso e, após receber substitutivo do Deputado Brito Velho, foi aprovado pela Câmara e emendado pelo Senado. Voltando à Câmara, foram as emendas rejeitadas e, sendo encaminhado para sanção presidencial, foi totalmente vetado.

Na justificativa, afirma a Diretoria do Ensino Superior que, "já se foi o tempo em que se podia dizer que Sociologia era aquilo que os sociólogos fazem. Praticamente nenhum ramo do saber humano está isento de estudo e tratamento sociológico, de vez que, em última análise, a sociedade é o todo do homem. Todas as

ciências e as técnicas representam um determinado estágio histórico, passível de um enfoque sociológico, como já hoje em dia constitui lugar comum".

Afirma-se, ainda, que Rui Barbosa, "no seu célebre parecer de 1882, pregava que a Sociologia deveria substituir o direito natural no ensino jurídico e propedêutico e a mesma coisa diria, em 1922, o Prof. Queirós Lima, na sua *Sociologia Jurídica*.

Finalmente, em 1933, funda-se em São Paulo a primeira Escola de Sociologia e Política; em 1935, no Distrito Federal, a sua Universidade, com um departamento autônomo de Ciências Sociais. Em São Paulo, no ano de 1934, criou-se a Faculdade de Filosofia e vários professores estrangeiros estiveram no Brasil detendo-se até o término da guerra, como: Horace Davis, Samuel Lowrie, Donald Pierson, Radcliffe-Brown, Roger Bastide, C. Levi-Strauss, Jacques Lambert e Georges Gurvith. O ensino da disciplina existe desde 1925, com a criação da cadeira no Colégio Pedro II e nas escolas normais, do Distrito Federal e, em Recife, em 1928.

Informa-se ainda na parte preliminar do anteprojeto, que, de acordo com os dados oficiais da Seção de Estatística do MEC, entre formados e formandos, atingem os cientistas sociais a 6.978, não incluídos, por falta de informação os diplomados em 1962 e os matriculados no primeiro ano, em todo o Brasil, no ano de 1966.

Por outro lado, na publicação, sobre organismos de pesquisa, editada pela CAPES, em 1965, 40 instituições dedicaram-se à pesquisa social, de um total de 193 e, entre 3.750 pesquisadores das mais variadas ciências, 225 dedicaram-se às pesquisas sociais. Entre Faculdades de Filosofia, Escolas de Sociologia e Política e Faculdades de Ciências Econômicas, 34 mantêm cursos especiais ou departamentos próprios de ciências sociais, em todo o território nacional.

Conclui a Diretoria de Ensino Superior "que não falta base estatística para a regulamentação da profissão do sociólogo".

Pelo anteprojeto, a designação profissional do sociólogo é privativa dos diplomados em cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia oficiais ou reconhecidas; dos professores de Sociologia dos estabelecimentos enumerados, mediante concurso público de título e provas, realizados até a data da promulgação da lei; dos que houverem feito curso similar no estrangeiro, após a revalidação do diploma; dos que, exercendo há mais de cinco anos funções definidas como privativas dos sociólogos, na data da lei, se registrem nos Conselhos Regionais dos Sociólogos, na forma estabelecida em lei.

Ex-Reitor Critica Ensino Superior

O Prof. Aluísio Pimenta, ex-Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, sustentou durante o Simpósio sobre Reforma Universitária, na XIX Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que a Universidade brasileira está totalmente desligada da realidade nacional. Os participantes do Simpósio consideraram que as medidas tomadas pelo Governo após a revolução possibilitam a reestruturação do ensino superior no Brasil, mas salientaram que, qualquer reforma séria só será realizada se se der a devida importância ao elemento humano. Disse o Prof. Aluísio Pimenta que a Universidade brasileira não é satisfatória, nem quantitativa nem qualitativamente, uma vez que proporciona uma formação técnica e científica deficiente para um número muito limitado de alunos, e interrogou:

— Por que estão cada vez mais procuradas as nossas Escolas de Medicina, Engenharia e Direito?

— Porque são essas as profissões socialmente consideradas importantes. O que se procura é o anel de doutor, o título, e por isso viemos multiplicando unidades de ensino isoladas, algumas das quais se agrupam sob denominação de Universidades.

Historiando o desenvolvimento da Universidade no País, afirmou o Prof. Aluísio Pimenta que as escolas superiores só começaram a surgir no Brasil por volta de 1800, quando já existiam em funcionamento diversas Universidades norte-americanas, inclusive a de Harvard.

— Só neste século — continuou — nasceram às nossas Universidades. Mas foram, apenas, agrupamentos de escolas isoladas. Foi assim com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1820, com a de Minas Gerais, em 1927, e com a de São Paulo, em 1934. Nossas Universidades são uma frustração. Hoje, formam o quadro que temos aí: — não permitem maior rendimento e, sem uma reforma estrutural, não podem oferecer vagas ao número de candidatos que cada ano batem às suas portas. O mais grave problema da Universidade brasileira, segundo o Prof. Aluísio Pimenta, é que elas impõem aos seus alunos um ensino desumano, uma vez que os obriga, aos 17 anos, a escolher uma profissão que ainda não sabem qual é, pois não sabem ainda o que querem. Outro problema do ensino superior apontado pelo Prof. Aluísio Pimenta foi o das escolas isoladas, que atualmente são mais de 600 no País, tendo sido a maioria delas fundada para atender a interesses políticos.

— Essas Faculdades — observou — são em geral improdutivas, pois lhes faltam pessoal e condições de funcionamento. Não acho que devam ser fechadas, mas é preciso que passem por uma reestruturação dentro das novas normas para o ensino superior. As unidades congêneres devem ser agrupadas, para maior rendimento, transformando-se em núcleos de futuras Universidades. Disse o Prof. Aluísio Pimenta que a mudança de formulação de conceitos a respeito de Universidades se deve aos fundadores da Universidade de Brasília, “que se transformou assim no catalizador das idéias reformuladoras surgidas depois, e isso seria injustiça negar”.

— Até aqui — salientou — tivemos apenas Universidades alienadas, inclusive no Rio e em São Paulo. Fizemos Universidades iguais para o Rio Grande do Sul como para o Pará, esquecendo-nos de que no Brasil temos realidades diferentes, de uma região para outra. A Universidade do Pará, por exemplo, deveria servir especificamente ao desenvolvimento da Amazônia. Protestamos contra a internacionalização da Amazônia, mas não formamos este ano dois botânicos para a sua conquista.

Prioridade em São Paulo Para os Cursos Técnicos

Em solenidade presidida pelo Governador Abreu Sodré, no Palácio Bandeirantes, em São Paulo, foi instalado o Grupo de Trabalho que estudará a viabilidade da implantação de uma Rede de Cursos Superiores de Tecnologia no Estado. Falando na oportunidade, disse o Chefe do Executivo que, os trabalhos desse grupo eram o resultado direto da decisão do Governo em dar prioridade ao Instituto Técnico, em vez de aplicar recursos nos ramos de ensino do tipo acadêmico tradicional. Disse, ainda, que o Grupo de Trabalho irá verificar se o Estado se encontra em condições de instituir uma nova Escola Superior, de caráter tecnológico, em regime de urgência.

O Grupo de Trabalho é constituído pelos Srs. Paulo Ernesto Tolle, presidente do Conselho Estadual de Educação, Antônio de Carvalho Aguiar, Dimer Accorsi, Edmur Monteiro, José Bonifácio de Andrade e Silva Jardim, Otávio Gaspar de Souza Ricardo, Urbano Stumpf e Walter Costa.

Físicos Realizaram Simpósio de 3 Dias

Os físicos que se reuniram por três dias, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para o I Simpósio Brasileiro de Física Teórica, julgaram fundamental a repetição do encontro anualmente e decidiram marcar para janeiro de 1969, o II Simpósio, que também será realizado na Guanabara, tendo sido nomeada uma comissão constituída pelos Profs. Erasmo Ferreira (GB), Silvestre Ragusa (SP) e Gehrad Jacob (RGS), para prepará-lo.

Na última sessão do Simpósio, foram discutidas a situação atual e as perspectivas futuras da Física Teórica no Brasil e lembrada a necessidade de se incentivar o intercâmbio entre os grupos de trabalho, na especialidade, no País.

Todo o programa do Simpósio foi cumprido durante três dias, com a participação de quinze físicos dos Estados, físicos teóricos pertencentes a instituições que funcionam na Guanabara e estudantes de pós-graduação.

As conferências consistiram em relatos sobre o estágio de desenvolvimento de problemas atuais feitos por especialistas e por comunicações sobre trabalhos de pesquisa que estão sendo realizados no País. O programa inclui os mais importantes setores da Física Teórica, Partículas Elementares, Física Nuclear e Física do Estado Sólido.

O grupo de físicos teóricos da Universidade do Rio Grande do Sul, constituído pelos Profs. Gehard Jacob, Darcy Dillenburg e Theodor Maris apresentou seus recentes trabalhos sobre "Eletrodinâmica Quântica e Quebra Espontânea de Simetria".

Antônio de Toledo Piza, Yojiro Hama e K. Hara, do Departamento de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo abordaram diversos tópicos da Teoria das Interações Nucleares e Estrutura dos Núcleos Atômicos; e os Profs. Roberto Moreira e Alonso Gomes, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e Carlos Maurício Chaves, do Instituto de Física da PUC/RJ, apresentaram os resultados de suas investigações recentes sobre "Física de Semicondutores", enquanto Silvestre Ragusa, do Instituto de Física Teórica de São Paulo, focalizou "Processos de Produção de Partículas Estranhas" e Jorge Swieca, da Universidade de São Paulo, analisou os programas recentes no "Tratamento Axiomático da Teoria Quântica dos Campos".

A última conferência foi ministrada pelo Prof. Hersch Moysés Nusseveig, físico brasileiro, que descreveu sua teoria dos "Fenômenos do Arco Íris e da Auréola".

aspectos internacionais da educação

Como Resolver os Problemas da Universidade e da Pesquisa

Prof. Hermann M. Goergen

Dois relatórios elucidativos fizeram com que os problemas da Universidade e da pesquisa na Alemanha, mais uma vez, passassem ao foco dos debates públicos; o relatório número dois do Governo Federal sobre a situação no ramo da pesquisa e as novas recomendações do Conselho das Ciências (Wissenschaftsrat) sobre a situação nas escolas superiores.

Os dois relatórios apontam, com satisfação, os resultados positivos dos esforços nos últimos anos, prova do dinamismo e da tomada de consciência dos responsáveis pela crescente importância da Universidade e da pesquisa.

O Governo Federal está constatando o aumento da percentagem com que os gastos para a pesquisa participam do produto nacional. Cresceu essa participação de 1964 a 1966, de 1,6 a 1,8%. Considerando o aumento previsto para os próximos anos, espera o Governo Federal chegar até 1970, a 2,4%. Não convencem, todavia,

nem tranquilizam as cifras apresentadas, porque, apesar de todos os esforços, os "gigantes da pesquisa", EUA e União Soviética, mais uma vez, aumentaram a distância, que os separa da República Federal da Alemanha e de toda a Europa em matéria de investimentos para a pesquisa. A República Federal, por exemplo, está gastando, por ano, 88 marcos, (22 dólares) "per capita", para pesquisas; os EUA, para a mesma finalidade, 73 dólares, sem incluir a pesquisa militar. Mesmo admitindo a taxa de conversão, não de 1:4, mas sim de 1:2,5 proposta pela OECD, o gasto americano ainda perfaz mais do que o dobro do gasto alemão.

O presidente da Sociedade Alemã para a Pesquisa, Prof. Julius Speer, chamou a atenção dos poderes públicos sobre a necessidade de um fomento mais flexível da pesquisa, especialmente da pesquisa pura. Não é a sua urgência, mas sim a sua qualidade, que deve orientar o financiamento dos projetos. As grandes descobertas sempre surgiram em consequência da pesquisa pura, sistemática e dotada de todos os meios de experimentação. Lamenta o Prof. Julius Speer a falta de uma forma adequada de financiamento em comum, criticando enérgicamente a política financeira dos Estados da Federação. Continua faltando, por exemplo, uma demarcação clara, quanto à competência da Federação e dos Estados no financiamento das tarefas da Sociedade Alemã para a Pesquisa.

As recomendações do Conselho para Ciência a respeito das Universidades apresentaram prognósticos pouco animadores. Em 1960, o mesmo Conselho recomendou planos, baseados na capacidade prevista das escolas superiores de 240.000 estudantes. Não obstante, no inverno de 1966/67, o número total dos estudantes já ultrapassou 262.000. Para 1967 a 1970 calcula-se o número de matrículas em 25% maior do que o de 1962.

As recomendações do Conselho atacaram o problema com coragem, insistindo na consolidação das medidas tomadas nos últimos anos, e que visaram o aumento da capacidade quantitativa das escolas superiores. Apesar da pressão maciça do número crescente de estu-

dantes, o Conselho ocupou-se mais com a qualidade do ensino e com os lugares de laboratórios para os estudantes, que precisam de melhores condições para um estudo, em termos de qualidade. Já no ano de 1966, para 250.000 candidatos ao estudo, existiram apenas 199.000 vagas. Para isso o Conselho, apesar dos pedidos das escolas superiores, reclamando mais 1.800 cátedras, apenas aprovou ou recomendou 142 novas cadeiras, das quais um terço destinado à Matemática. Em várias disciplinas, entre elas as Ciências Econômicas, há tanta falta de jovens cientistas, que o aumento do número das cátedras não seria possível sem perda de qualidade do ensino. Não falam abertamente, em *numerus clausus*, as recomendações do Conselho. Sugerem, entretanto, aos ministros de Educação a introdução de medidas restritivas quanto à admissão de estudantes às escolas superiores nos próximos anos.

Certo que, as restrições são consideradas passageiras, o Conselho não recomenda medidas concretas, deixando as respectivas decisões aos responsáveis imediatos, que são os ministros de Educação e a Conferência dos Reitores. Mas, a direção das medidas a serem tomadas é clara. Reforma interna e melhoramento da qualidade dos estudos, e não simples aumento da capacidade quantitativa das escolas superiores. Reclamam, segundo o Conselho, um fortalecimento da situação do corpo docente adjunto, assistentes, livres docentes e professores extraordinários. Não deixa o Conselho de chamar a atenção às falhas do atual sistema de admissão à carreira universitária, da chamada habilitação, opinando que existem melhores métodos para se conhecer a qualificação de um candidato à cátedra.

Além das 142 cátedras exige o Conselho, para o período até 1970, 308 professores extraordinários, 239 docentes, 368 assistentes científicos e 723 pessoas para o ensino universitário em outras posições; 5,6 bilhões de marcos (1,4 bilhões de dólares) são necessários para completar e aumentar prédios e instalações das escolas superiores existentes.

Apesar da crise orçamentária — federal e estadual — não há dúvida que a Universidade e a pesquisa não sofrerão redução de suas verbas, mas sim, aumento substancial para que possam satisfazer às exigências do futuro, pelo menos em parte. Universidade e pesquisa são as “palavras-chaves” para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da Alemanha.

UNESCO Promove Debate Sobre a Cultura da AL

Convocados pela UNESCO, 14 especialistas reuniram-se, em Lima, para empreender o estudo das culturas da América Latina em suas expressões literária e artística. A Conferência Geral da UNESCO considerou que as expressões literária e artística constituirão o tema de um estudo preliminar dessas culturas destinado a assentar as bases de um futuro estudo global.

A mesa diretora da reunião foi constituída pelos Srs. José Maria Arguedas, peruano; Afonso Arinos de Melo Franco, brasileiro; Leopoldo Zea, mexicano; e Fryda Schultz de Mantovani, argentina. Os temas considerados para deliberação versaram sobre o conceito global do plano de estudos esboçado pela Conferência Geral; a ordem de prioridade das investigações; e os métodos e meios adequados para a execução do programa.

Foi decidido que os estudos deverão ater-se a um plano contemporâneo, sem prejuízo de remontar, quando necessário, a épocas anteriores. Para efeito de melhor delimitação dos estudos, a América Latina foi subdividida em seis regiões: Mesoamérica, Antilhas, Colômbia e Venezuela, Zona Andina, Brasil e Cone Sul.

As prioridades fixadas para estudos no documento de trabalhos apresentado pela Conferência Geral são: 1) Literatura; 2) Artes Plásticas e Arquitetura; 3) Música; 4) História Social e Cultural.

Bolsas de Estudo no Chile

O Centro de Planejamento da Faculdade de Ciências Físicas e Matemáticas da Universidade do Chile realizará, em Santiago, um Curso de Pós-Graduação sobre Critérios e Técnicas de Análises para a Seleção de Inversões, destinado a engenheiros, economistas, físicos ou matemáticos, para o qual concederá algumas bolsas, no valor de 275 dólares mensais, inclusive o pagamento da passagem de ida e volta e estadia para os que optarem pelo curso completo.

Ciência: Acôrdo Brasil/Argentina

Os Governos brasileiro e argentino comprometeram-se através de um Convênio de Intercâmbio Científico, a coordenar seus programas de pesquisa científica e tecnológica, promover a troca de pesquisadores e informações sobre resultados de pesquisas e comunicar a vinda a cada país de cientistas estrangeiros, para que a outra parte tenha, também, a oportunidade de convidar o visitante. O convênio foi assinado na Embaixada brasileira em Buenos Aires e será aplicado, no Brasil, pelo Conselho Nacional de Pesquisas, presidido pelo Prof. Antônio Moreira Couceiro, e, na Argentina, pelo Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas, dirigido pelo cientista Bernardo Houssay.

atos oficiais

Lei n.º 5.390, de 23-2-68 — Dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil, e dispensa de estágio profissional e Exame da Ordem. (D.O. 28-2-68).

O art. 1.º dessa lei está assim redigido:

“Art. 1.º) Aos alunos das Faculdades de Direito, oficiais ou fiscalizadas pelo Governo Federal, matriculados ou que venham a matricular-se até o ano letivo de 1968, na 4.ª e 5.ª séries do curso de Direito, é assegurado o direito à inscrição, na Ordem dos Advogados do Brasil, na categoria de Solicitador Acadêmico, ficando dispensados dos requisitos de estágio profissional e de Exame da Ordem para a ulterior admissão nos quadros daquela entidade”.

Dec. n.º 62.139, de 17-1-68 — Concede reconhecimento aos Cursos de Psicologia e de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco. (D.O. 18-1-68).

Dec. n.º 62.143, de 18-1-68 — Dispõe sobre o Quadro Único de Pessoal da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. (D.O. 2-2-68).

Dec. n.º 62.145, de 19-1-68 — Autoriza o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial de São José dos Campos, SP. (D.O. 24-1-68).

Dec. n.º 62.147, de 19-1-68 — Concede reconhecimento à Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, SP. (D.O. 24-1-68).

Dec. n.º 62.170, de 25-1-68 — Concede reconhecimento ao Curso de Pedagogia da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, PR. (D.O. 29-1-68).

Dec. n.º 62.178, de 25-1-68 — Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades. (D.O. 26-1-68).

Dec. n.º 62.181, de 29-1-68 — Altera dispositivos do Regimento do Conselho Federal de Educação. (D.O. 30-1-68).

Dec. n.º 62.183, de 29-1-68 — Concede reconhecimento à Faculdade de Medicina da Universidade Católica de Pelotas, RS. (D.O. 1-2-68).

Dec. n.º 62.188, de 30-1-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Engenharia de Operação da Universidade de Caxias do Sul, RS. (D.O. 1-2-68).

Dec. n.º 62.221, de 5-2-68 — Concede reconhecimento ao Curso de História da FFCL de Uberlândia, MG. (D.O. 7-2-68).

Dec. n.º 62.239, de 8-2-68 — Dispõe sobre transferência de acervos e a unificação do Instituto Nacional do Livro. (D.O. 9-2-68).

Dec. n.º 62.241, de 8-2-68 — Reestrutura a Universidade Federal da Bahia. (D.O. 13-2-68).

Dec. n.º 62.255, de 12-2-68 — Provê sobre a convocação da Conferência Nacional de Educação. (D.O. 15-2-68).

Dec. n.º 62.256, de 12-2-68 — Convoca a I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura. (D.O. 15-2-68).

Dec. n.º 62.261, de 14-2-68 — Autoriza o funcionamento da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, MG. (D.O. 15-2-68).

Dec. n.º 62.266, de 14-2-68 — Autoriza o funcionamento da Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto, SP. (D.O. 16-2-68).

Dec. n.º 62.279, de 20-2-68 — Dispõe sobre a reestruturação da Universidade Federal do Ceará. (D.O. 21-2-68).

Dec. n.º 62.293, de 22-2-68 — Autoriza o funcionamento do Curso de Matemática da FFCL de Uberlândia, MG. (D.O. 29-2-68).

Dec. n.º 62.294, de 22-2-68 — Concede reconhecimento à Faculdade de Medicina Veterinária do Ceará. (D.O. 29-2-68).

Reitor

O Prof. Jerônimo Geraldo de Queiroz foi nomeado Reitor da UF de Goiás. (D.O. 5-2-68).

Diretor

Foi nomeado Diretor:

— da Escola de Engenharia Industrial da UF de Santa Catarina, o Prof. Gaspar Erich Stemmer. (D.O. 31-1-68);

— da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UF do Rio Grande do Sul, a Prof.^a Belkis Maria Schmitt Sant'Ana. (D.O. 31-1-68);

— da Faculdade de Direito da UF do Paraná, o Prof. Egas Dirceu Moniz de Aragão. (D.O. 31-1-68);

— da Faculdade de Direito da UF de Juiz de Fora, o Prof. Almir de Oliveira. (D.O. 5-2-68);

— da Faculdade de Filosofia da UF de Minas Gerais, o Prof. Pedro Parafita de Bessa. (D.O. 5-2-68);

— da Faculdade de Odontologia da UF da Bahia, o Prof. Arnaldo Rodrigues da Silveira. (D.O. 14-2-68).

Conselho Federal de Cultura

O Irmão José Otão foi nomeado membro do Conselho Federal de Cultura, na vaga decorrente do falecimento do Embaixador João Guimarães Rosa, cujo mandato completará. (D.O. 31-1-68).

